

Os limites do desenvolvimento local: estudos sobre pequenos municípios do interior de São Paulo

Barbosa, Tayla N.^{1*}; Carvalho, Joelson G.²;

1. Estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; *tayla.barbosa@yahoo.com.br

2. Pesquisador do Depto.de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos/SP

Palavras Chave: *desenvolvimento, municípios, política.*

Introdução

Esse trabalho visa contribuir para a discussão sobre os limites e as escalas do poder local, focando em quatro municípios de pequeno porte, pouca densidade econômica e notórias dificuldades na capacidade de desenvolvimento, a saber: Buri, Campina do Monte Alegre, Dourado e Ribeirão Bonito, municípios estes inseridos em duas áreas do estado de São Paulo: os dois primeiros na Região Administrativa de Sorocaba e os dois últimos na Região Administrativa Central. O que se buscou analisar são os obstáculos colocados ao desenvolvimento local, em especial, nas duas últimas décadas e, em particular, nos municípios listados acima. A escolha desses municípios baseou-se no fato de que, apesar de possuírem pouca relevância econômica, estão situados em regiões com características bastante distintas. Enquanto Campina e Buri são municípios pobres em uma região notadamente de menor renda per capita, Dourado e Ribeirão Bonito situam-se em uma das regiões mais importantes e ricas do estado de São Paulo. Ilustrativamente, por exemplo, Buri tem 18.885 habitantes, Ribeirão Bonito 12.374, Dourado tem 8.568 e Campina do Monte Alegre apenas 5.639 habitantes. Os indicadores econômicos são problemáticos, sendo a renda per capita de Dourado de R\$ 621,72, Ribeirão Bonito com R\$ 590,72, Campina do Monte Alegre com R\$ 439,63 e Buri com apenas R\$ 382,31 enquanto a média do estado de São Paulo atinge R\$ 853,75.

Resultados e Discussão

Os resultados do presente estudo fornecem dados, informações e importantes instrumentos analíticos, que possibilitam a identificação das necessidades e das potencialidades do desenvolvimento socioeconômico de pequenos municípios. De maneira geral, a análise das configurações sociais e econômicas dos municípios de Dourado, Ribeirão Bonito, Buri e Campina do Monte Alegre demonstra que suas economias são baseadas no chamado setor terciário, isto é, comércio e serviços, entretanto, em que pese o peso e a importância local, não incapazes de competir com o setor terciário dos municípios considerados polos regionais. Outro fator que chama a atenção é a importância da agricultura, que muitas vezes acaba sendo subestimado nos dados secundários por conta do baixo valor adicionado que ela gera.

Com baixa densidade demográfica e renda per capita, os municípios analisados seguem a tendência nacional e estadual de envelhecimento populacional. Este fenômeno, somado aos baixos índices de educação e de saúde municipais, deve ser uma das prioridades para o planejamento das prefeituras desses municípios. Contudo, a observação das finanças públicas municipais demonstra a situação de déficit das contas governamentais, o que dificulta a implementação de programas que lidem com os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Fica patente que os municípios analisados, diante da dificuldade de geração de receita própria, acabam por ter, nas transferências de receitas (do estado e da União) a

principal sustentação da administração pública, o que, impele a necessidade premente de buscar mecanismos de aumento de receita própria, sem com isso, onerar mais o contribuinte do município.

Tabela 1. Renda per capita dos municípios de Dourado, Ribeirão Bonito, Campina do Monte Alegre e Buri (2010)

Município	Renda per capita
Buri	R\$ 382,31
Campina do Monte Alegre	R\$ 439,63
Dourado	R\$ 621,72
Ribeirão Bonito	R\$ 590,72

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fundação SEADE.

Conclusões

A partir da análise dos dados dos municípios, conclui-se que a dinâmica do desenvolvimento não se dá de maneira uniforme. Municípios pequenos e com menos expressão econômica, mesmo situados em uma região de governo com índices econômicos considerados expressivos, não são beneficiados por efeitos de transbordamento per se. As desigualdades das estruturas socioeconômicas são patentes e notórias, haja vista a distância entre os municípios investigados quando comparados com municípios de grande porte como São Carlos e Araraquara. Neste sentido, cabe acrescentar que os municípios com maior dinâmica econômica e maior peso demográfico acabam concentrando maior atenção das políticas públicas, maiores recursos e acabam, também drenando a renda gerada nos demais municípios por conta de seu comércio mais diversificado.

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

ARAÚJO, T. B (1999). Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun.

CANO, W. (Coord.) (1988). A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: Fundação Seade, 3v.

SEN, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das Letras, São Paulo.

TAVARES, M. C. (2000) Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In Seminário Celso Furtado, Fund. P. Abramo, Belo Horizonte, 2000.

VAINER, C. R. (2002). As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR, ano XVI, pp. 13-32, número especial.